



**CTG** *Brasil*

Demonstrações  
financeiras

**2024**

**Rio Canoas Energia S.A.**

**CNPJ: 11.316.814/0001-56**



## SUMÁRIO

Desempenho econômico-financeiro .....	3
Principais indicadores .....	3
Custos e outros resultados operacionais .....	4
Ebitda e margem Ebitda .....	5
Resultado financeiro .....	6
Endividamento .....	6
Lucro líquido.....	7
Demonstrações financeiras .....	8
Balanços patrimoniais .....	8
Demonstrações do resultado .....	10
Demonstrações do resultado abrangente .....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	13
Notas explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 .....	14
1. Informações gerais .....	14
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	16
3. Resumo das políticas contábeis materiais .....	17
4. Gestão de riscos do negócio .....	18
5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas .....	21
6. Clientes .....	23
7. Tributos a recuperar/recolher .....	24
8. Repactuação do risco hidrológico.....	25
9. Imobilizado .....	26
10. Intangível.....	27
11. Fornecedores .....	29
12. Encargos setoriais .....	30
13. Financiamentos.....	31
14. Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar .....	33
15. Uso do bem público (UBP) .....	34
16. Partes relacionadas .....	34
17. Provisões para riscos e contingências possíveis .....	35

18. Patrimônio líquido .....	39
19. Receita operacional líquida .....	41
20. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede .....	42
21. Resultado financeiro .....	43
22. Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos .....	44
23. Lucro por ação .....	46
24. Instrumentos financeiros .....	46
25. Seguros .....	49
Membros da Governança .....	50
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	51

## Desempenho econômico-financeiro

Nessa sessão do documento, são apresentados os principais eventos do exercício base desta demonstração financeira, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

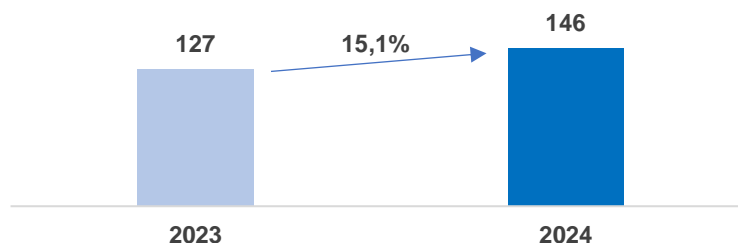
### Principais indicadores

	2024	2023	Variação
<b>Indicadores econômicos</b>			
Receita operacional bruta	165.578	142.829	15,9%
(-) Deduções à receita operacional	(19.712)	(16.052)	22,8%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>145.866</b>	<b>126.777</b>	<b>15,1%</b>
(-) Custos e outros resultados operacionais	(84.241)	(93.972)	-10,4%
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>61.625</b>	<b>32.805</b>	<b>87,9%</b>
Ebitda	94.348	65.287	44,5%
Margem Ebitda - %	64,7%	51,5%	13,2 p.p.
Resultado financeiro	(13.836)	(15.159)	-8,7%
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>47.789</b>	<b>17.646</b>	<b>170,8%</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>38.408</b>	<b>22.535</b>	<b>70,4%</b>
Margem líquida - %	26,3%	17,8%	8,6 p.p.
Quantidade de ações	563.765	563.765	0,0%
Lucro líquido básico e diluído por ação	0,06813	0,03997	70,4%

Ebitda - Earnings before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization

A receita operacional líquida do ano de 2024 foi de R\$ 145,9 milhões, que representa um crescimento de R\$ 19,1 milhões ou 15,1% em relação ao ano anterior. Acerca dessa elevação, vale destacar o crescimento da receita bruta nos contratos negociados no ambiente de contratação livre (ACL) com um aumento do volume de cerca de 69% além do aumento de 10% no preço médio, bem como o crescimento na receita bruta dos mecanismos de realocação de energia (MRE), uma vez que, dada às condições favoráveis do cenário hidrológico na região onde a usina da Companhia se localiza, houve aumento na geração de energia.

### Receita operacional líquida (R\$ milhões)



## Custos e outros resultados operacionais

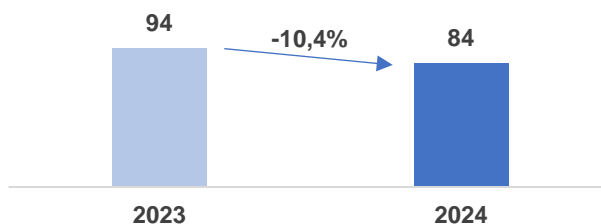
	2024	2023	Variação
Pessoal	(5.212)	(4.603)	13,2%
Material	(455)	(563)	-19,2%
Serviços de terceiros	(5.757)	(5.726)	0,5%
Energia comprada	(11.899)	(892)	1.234,0%
Depreciação e amortização	(32.723)	(32.482)	0,7%
Encargos de uso da rede elétrica	(14.423)	(13.524)	6,6%
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(7.281)	(6.256)	16,4%
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(792)	(727)	8,9%
Seguros	(1.035)	(1.041)	-0,6%
Aluguéis	(20)	(18)	11,1%
Reversões / (constituições) de provisões para riscos	1.745	(312)	659,3%
Compartilhamento de despesas	(5.842)	(6.608)	-11,6%
Outros	(547)	(21.220)	-97,4%
	<b>(84.241)</b>	<b>(93.972)</b>	<b>-10,4%</b>

Os custos e outros resultados operacionais totalizaram R\$ 84,2 milhões no ano de 2024, o que representa uma redução de R\$ 9,7 milhões, ou -10,4%, em relação a 2023.

Acerca dessa variação cabe destacar:

- Efeito positivo e não recorrente relativo à constituição, em 2023, de provisão de R\$ 20,6 milhões referente ao risco de desembolso sobre obrigação contratual;
- Elevação de R\$ 11 milhões nos custos com energia comprada, em razão da apuração dos efeitos do MCP principalmente no 2º semestre do exercício.

### Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)

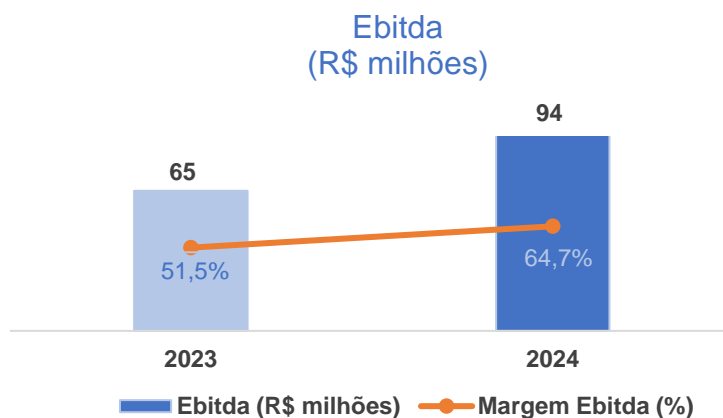


## Ebitda e margem Ebitda

	2024	2023	Variação
Lucro líquido do exercício	38.408	22.535	70,4%
Imposto de renda e contribuição social	9.381	(4.889)	-291,9%
Resultado financeiro (líquido)	13.836	15.159	-8,7%
Depreciação e amortização	32.723	32.482	0,7%
<b>Ebitda</b>	<b>94.348</b>	<b>65.287</b>	<b>44,5%</b>
<i>Margem Ebitda</i>	<i>64,7%</i>	<i>51,5%</i>	<i>13,2 p.p.</i>

O Ebitda é uma medição não contábil que toma como base as disposições da Instrução CVM nº 156/2022. É calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

O Ebitda da Rio Canoas medido em 2024 totalizou R\$ 94,3 milhões. Esse desempenho representa um aumento de R\$ 29,1 milhões ou 44,5% quando comparado ao desempenho do ano de 2023.



## Resultado financeiro

	2024	2023	Variação
<b>Receitas</b>			
Rendimento de aplicações financeiras	6.119	9.101	-32,8%
Variações monetárias	581	226	157,1%
Outros	(220)	(388)	-43,3%
	<b>6.480</b>	<b>8.939</b>	<b>-27,5%</b>
<b>Despesas</b>			
Juros	(16.297)	(18.435)	-11,6%
Variações monetárias	(3.783)	(5.372)	-29,6%
Outros	(236)	(291)	-18,9%
	<b>(20.316)</b>	<b>(24.098)</b>	<b>-15,7%</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(13.836)</b>	<b>(15.159)</b>	<b>-8,7%</b>

O resultado financeiro líquido apresentado em 2024 foi negativo em R\$ 13,8 milhões, representando uma melhora de R\$ 1,3 milhão ou 8,7%, em relação ao ano de 2023.

Acerca dessa variação, vale destacar pela queda na despesa com juros e variação monetária em virtude das amortizações no financiamento mantido pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a redução na despesa de atualização das provisões para riscos em razão do encerramento de ações e, também, a redução nos rendimentos de aplicações financeiras.

## Endividamento

	2024	2023	Variação
<b>Financiamentos</b>	<b>186.961</b>	<b>213.955</b>	<b>-12,6%</b>
Curto prazo	29.315	29.207	0,4%
Longo prazo	157.646	184.748	-14,7%
<b>(-) Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(29.976)</b>	<b>(31.405)</b>	<b>-4,6%</b>
<b>(-) Aplicações financeiras vinculadas</b>	<b>(14.133)</b>	<b>(12.969)</b>	<b>9,0%</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>142.852</b>	<b>169.581</b>	<b>-15,8%</b>

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras vinculadas.

Ao final de 2024, a dívida líquida apresentou redução de -15,8% ou R\$ 26,7 milhões na comparação com a posição final de 2023. Essa redução se deu principalmente em razão das amortizações das parcelas do financiamento mantido pela Companhia junto ao BNDES.

Dívidas	Remuneração	Vencimento	2024	2023	Variação
BNDES	TJLP + 2,34% ao ano	16/06/2031	186.052	212.833	-12,6%
BNDES	TJLP	16/06/2031	909	1.122	-19,0%
			<b>186.961</b>	<b>213.955</b>	<b>-12,6%</b>

TJLP - Taxa de juros de longo prazo

## Lucro líquido

A Rio Canoas apresentou um desempenho de resultados bastante positivo no ano de 2024. A Companhia registrou lucro líquido de R\$ 38,4 milhões, que representa um crescimento de 70,4% em relação ao lucro líquido apurado em 2023.





# Demonstrações financeiras

## Balanços patrimoniais

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2024	2023
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	29.976	31.405
Clientes	6	16.384	21.661
Tributos a recuperar	7	1.376	4.816
Repactuação do risco hidrológico	8	259	259
Partes relacionadas	16.3	-	72
Serviços em curso		-	1
Outros créditos		4.826	3.094
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>52.821</b>	<b>61.308</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	14.133	12.969
Tributos diferidos	22.2	58	2.051
Repactuação do risco hidrológico	8	5.096	5.355
Outros créditos		-	16
		<b>19.287</b>	<b>20.391</b>
Imobilizado	9	771.669	800.553
Intangível	10	44.674	46.721
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>835.630</b>	<b>867.665</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>888.451</b>	<b>928.973</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Balanços patrimoniais

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Nota	2024	2023
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	3.246	2.478
Salários, provisões e contribuições sociais		771	696
Tributos a recolher	7	273	1.198
Encargos setoriais	12	1.051	1.741
Financiamentos	13	29.315	29.207
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	14	33.571	27.200
Uso do bem público (UBP)	15	1.252	1.197
Partes relacionadas	16.3	-	789
Outras obrigações		23	39
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>69.502</b>	<b>64.545</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	11	20.640	20.640
Encargos setoriais	12	721	134
Indenização socioambiental		281	281
Financiamentos	13	157.646	184.748
Uso do bem público (UBP)	15	11.905	11.430
Provisões para riscos	17	2.960	4.207
Outras obrigações		158	187
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>194.311</b>	<b>221.627</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>263.813</b>	<b>286.172</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	18		
Capital social		563.765	563.765
Reserva legal		15.782	13.862
Reserva de lucros		45.091	65.174
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>624.638</b>	<b>642.801</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>888.451</b>	<b>928.973</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2024	2023
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>19</b>	<b>145.866</b>	<b>126.777</b>
<b>Custos operacionais</b>			
Pessoal		(5.212)	(4.603)
Material		(455)	(563)
Serviços de terceiros		(5.153)	(5.079)
Energia comprada	20.2	(11.899)	(892)
Depreciação e amortização	9.2 e 10.2	(32.720)	(32.479)
Encargos de uso da rede elétrica	20.3	(14.423)	(13.524)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(7.281)	(6.256)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(792)	(727)
Seguros		(1.033)	(1.034)
Aluguéis		(20)	(18)
Reversões / (constituições) de provisões para riscos	17.2	1.745	(312)
Outros		(402)	(21.068)
		<b>(77.645)</b>	<b>(86.555)</b>
<b>Resultado bruto</b>		<b>68.221</b>	<b>40.222</b>
<b>Outros resultados operacionais</b>			
Serviços de terceiros		(604)	(647)
Depreciação e amortização	9.2 e 10.2	(3)	(3)
Seguros		(2)	(7)
Compartilhamento de despesas	16.3	(5.842)	(6.608)
Outros		(145)	(152)
		<b>(6.596)</b>	<b>(7.417)</b>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>61.625</b>	<b>32.805</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>21</b>		
Receitas		6.480	8.939
Despesas		(20.316)	(24.098)
		<b>(13.836)</b>	<b>(15.159)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>22</b>	<b>47.789</b>	<b>17.646</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Corrente		(7.386)	(2.379)
Diferido		(1.995)	7.268
		<b>(9.381)</b>	<b>4.889</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>38.408</b>	<b>22.535</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação	23	0,06813	0,03997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado abrangente

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>38.408</b>	<b>22.535</b>
<b>Outros resultados abrangentes do exercício</b>		
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>38.408</b>	<b>22.535</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Lucros		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>563.765</b>	<b>13.862</b>	<b>65.174</b>	<b>-</b>	<b>642.801</b>
Resultado abrangente do exercício					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	38.408	38.408
	-	-	-	<b>38.408</b>	<b>38.408</b>
Contribuições e distribuições aos acionistas					
Reserva legal	-	1.920	-	(1.920)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	16.488	(16.488)	-
Dividendos intermediários	-	-	(36.571)	-	(36.571)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(20.000)	(20.000)
	-	<b>1.920</b>	<b>(20.083)</b>	<b>(38.408)</b>	<b>(56.571)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>563.765</b>	<b>15.782</b>	<b>45.091</b>	<b>-</b>	<b>624.638</b>

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Lucros		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>563.765</b>	<b>12.735</b>	<b>110.766</b>	<b>-</b>	<b>687.266</b>
Resultado abrangente do exercício					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	22.535	22.535
	-	-	-	<b>22.535</b>	<b>22.535</b>
Contribuições e distribuições aos acionistas					
Constituição de reserva legal	-	1.127	-	(1.127)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	21.408	(21.408)	-
Dividendos adicionais	-	-	(35.000)	-	(35.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	(32.000)	-	(32.000)
	-	<b>1.127</b>	<b>(45.592)</b>	<b>(22.535)</b>	<b>(67.000)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>563.765</b>	<b>13.862</b>	<b>65.174</b>	<b>-</b>	<b>642.801</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		47.789	17.646
<b>Ajustes em:</b>			
Depreciação e amortização	9.2 e 10.2	32.723	32.482
Resultado na baixa do ativo imobilizado / intangível	9.2 e 10.2	116	7
Juros, variação monetária e amortização de custos sobre financiamentos	13.4	17.962	20.712
AVP e variação monetária sobre UBP	15.3	1.805	1.677
Variação monetária sobre depósitos judiciais		(8)	(59)
(Reversões) / constituições e variação monetária sobre provisão para riscos	17.2	(1.365)	1.845
Outras variações		(537)	255
<b>Variação nos ativos e passivos</b>			
Clientes		5.387	(2.694)
Partes relacionadas		(717)	41
Serviços em curso		-	(78)
Fornecedores		768	20.213
Salários, provisões e contribuições sociais		75	(22)
Encargos setoriais		(138)	1.318
Uso do bem público (UBP)	15.3	(1.275)	(1.220)
Provisão para riscos	17.2	(86)	(7.820)
Impostos, taxas e contribuições		(1.896)	(6.166)
Outras variações ativas e passivas		(2.869)	(1.362)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		<b>97.734</b>	<b>76.775</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(5.311)	(4.794)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13.4	(16.434)	(18.527)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>75.989</b>	<b>53.454</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Adições no ativo imobilizado e intangível	9.2 e 10.2	(1.696)	(1.301)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(1.696)</b>	<b>(1.301)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Pagamento de financiamentos	13.4	(28.522)	(28.307)
Pagamento de dividendos	14.2	(20.000)	(35.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio	14.2	(27.200)	(11.050)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(75.722)</b>	<b>(74.357)</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		31.405	53.609
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		29.976	31.405

AVP – Ajuste a Valor Presente

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Notas explicativas da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações gerais

### 1.1. Contexto operacional

A Rio Canoas Energia S.A. (ou “Rio Canoas” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná constituída em 22 de agosto de 2009, na condição de produtora independente de energia elétrica.

A Companhia tem por objeto social a implantação, a produção, a comercialização de energia elétrica e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi (“UHE Garibaldi” ou “Usina”), localizado no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no estado de Santa Catarina.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 16.681, em virtude basicamente da constituição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A Diretoria analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

### 1.2. Contratos de Concessão / resoluções autorizativas

#### 1.2.1. Contrato de concessão

Foi objeto do Leilão A-5 N° 03/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que originou o Contrato de Concessão nº 003/2010 – Aneel, com prazo original de 35 anos, contados a partir de 14 de dezembro de 2010 (término original da concessão em 13 de dezembro de 2045). Este prazo de vigência da outorga de concessão foi prorrogado por 218 dias, de acordo com o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, firmado em 17 de novembro de 2017, que alterou o termo final para 19 de julho de 2046, conforme Resolução Autorizativa Aneel nº 6.087/2016 e o Despacho nº 340/2016 que autoriza a repactuação do risco hidrológico da UHE Garibaldi. Em outubro de 2022 foi assinado o Terceiro Termo aditivo ao contrato de concessão 003/2020 - UHE Garibaldi, formalizando a extensão dos prazos de vigência de outorga da concessão para 2051.

A tabela a seguir demonstra o contrato de concessão da Companhia:

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	Unidade Federativa (UF)	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
Nº 03/2010	Garibaldi	UHE	SC	Canoas	191,9	84,9	14/12/2010	11/01/2051
					191,9	84,9		

SC – Santa Catarina / MW - Megawatt

### 1.3. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

#### 1.3.1. Revisão da garantia física de 2022

O Decreto nº 2.655/98 estabelece revisões ordinárias de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente a cada cinco anos, ou revisões extraordinárias em caso de fatos relevantes, sendo que a revisão ordinária anterior de todo Sistema ocorreu em 2017, com vigência da garantia física publicada para o período entre 2018 e 2022. Em 2022 o Ministério de Minas e Energia (MME) conduziu a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, com vigência a partir de 2023. Durante o processo, o MME abriu duas Consultas Públicas sobre o tema, para discutir, entre outros, parâmetros de entrada para o cálculo, como índices de disponibilidade das usinas.

Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria nº 709 com os valores revistos de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional (SIN), com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.2.

A adoção do período crítico de hidrologia relativo aos anos de 1949 a 1956 no cálculo da revisão causou um efeito de redução dos montantes de garantia física de diversas usinas do SIN, dentre elas, a usina da Companhia.

Por essa razão, em 29 de dezembro de 2022 a Companhia ingressou com um pedido de tutela antecipada, para que fosse reconhecida a inaplicabilidade do período crítico de 1949 a 1956 e, alternativamente, que fossem suspensos, até o julgamento do mérito, os efeitos da revisão ordinária conforme a Portaria 709/2022. O pedido de tutela antecipada em que se pleiteava a suspensão dos efeitos da Portaria foi indeferido em decisão proferida pelo juiz de primeira instância em 13 de março de 2023.

Em razão deste indeferimento, os efeitos da Portaria contemplando a revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas da Companhia estão sendo integralmente aplicados neste momento, ou seja, em caso de perda dessa ação, não haverá ajustes na garantia física.

Em 27 de março de 2023, a Companhia protocolou agravo de instrumento contra a decisão de indeferimento da tutela antecipada, bem como o pedido principal da ação, os quais aguardam decisão judicial. Caso a Companhia tenha sucesso na ação, ocorrerá o aumento da garantia física.

Para o exercício base destas demonstrações financeiras não houve andamento nesse processo.

### 1.4. Evento climático extremo no Rio Grande do Sul

Fortes chuvas castigaram severamente o Rio Grande do Sul no fim de abril de 2024 causando grandes impactos para a região e estragos relevantes ainda não calculados pelo Estado.

As inundações afetaram a grande maioria dos municípios gaúchos, com milhões de pessoas impactadas pelo evento climático extremo.

Apesar do alcance do relacionamento comercial estabelecido e mediante a análise realizada pela Companhia, não foram identificadas desvalorizações de ativos e ou a necessidade de registro de provisões, visto que não há impactos financeiros e econômicos diretos e indiretos nas demonstrações financeiras em razão do ocorrido.



## 1.5. Evento tributário

### 1.5.1. Reforma tributária

Em 17 de dezembro de 2024, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24 foi aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado para sanção presidencial. O texto traz mais detalhes sobre o disposto na Emenda Constitucional (EC) 132/2023, aprovada no ano anterior.

A partir de 2027, os tributos PIS e COFINS serão totalmente substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e o ICMS e o ISS serão gradualmente substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com término da transição previsto para 2032. A nova sistemática abolirá completamente a tributação cumulativa, e as regras de incidência serão equivalentes para ambos os tributos, com tributação no destino e cálculo "por fora".

Outro ponto importante para o segmento foi a adoção do diferimento dos novos tributos quando a energia for destinada a consumidores finais. Dessa forma, os tributos serão destacados pela Companhia apenas nas vendas destinadas ao consumo próprio, como em indústrias, shoppings, entre outros.

A Companhia entende que os impactos não serão relevantes, uma vez que os contratos de livre negociação possuem cláusulas contratuais que possibilitam eventuais reajustes nos preços. Nos demais casos, os impactos estarão sujeitos ao artigo 21 da EC 132/23 e ao artigo 373 do PLP 68/2024.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras para publicação e encaminhamento aos acionistas foi autorizada em 27 de fevereiro de 2025.

### 2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS *Accounting Standards*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### 2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

### 2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, nos termos descritos na nota explicativa nº 1.1. Assim, conforme CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das

demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## 2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- i. Revisão de garantia física (nota explicativa nº 1.3);
- ii. Provisões para riscos (nota explicativa nº 17); e
- iii. Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 22.2).

## 3. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

### 3.1. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de PDI e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 12.1.2).

### 3.2. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

### 3.3. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2024 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1) / IAS 1);
- Esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e realocação (CPC 06 (R2) / IFRS 16)

- Novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (CPC 03 (R2) / IAS 7)

O pronunciamento alterado que entrou em vigência a partir de 01 de janeiro de 2025 não há expectativa que gere impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis (CPC 02 (R2) / IAS 21);

Os pronunciamentos novos que entrarão em vigência a partir de 01 de janeiro de 2027 há expectativa que gerem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras (IFRS 18);
- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (IFRS19)

## 4. Gestão de riscos do negócio

### 4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Controladora, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração da CTG Brasil que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

#### 4.1.1. Risco de mercado

##### 4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Tais impactos incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o ajuste Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) *Generation Scaling Factor* (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição dessas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia e hedge energético, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

##### 4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de financiamentos e caixa e equivalentes de caixa.

Para o financiamento junto ao BNDES, o risco está ligado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

O impacto causado pela variação da TJLP e pelo IPCA sobre o UBP é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

#### 4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

#### 4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1 sobre o CCL negativo e sobre a normalização desse indicador, a Companhia monitora constantemente seus fluxos de caixa projetados e conclui que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, a Companhia poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (financiamentos) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Instituição financeira	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
BNDES	3.543	7.080	31.013	39.189	149.012	229.837

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

## 4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui financiamentos com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros, que foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, (vide nota explicativa nº 13.7).

## 4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

## 4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como às diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 17.

## 4.5. Análise da sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, financiamentos e UBP ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2024 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Saldo contábil em 2024	Cenário atual	Cenário provável	Ganho / (perda)
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras	DI	12,15%	14,46%	29.930	3.636	4.328	692
Aplicações financeiras vinculadas	DI	12,15%	14,46%	14.133	1.717	2.044	327
				<b>44.063</b>	<b>5.353</b>	<b>6.372</b>	<b>1.019</b>
<b>Passivos financeiros</b>							
BNDES	TJLP + 2,34% ao ano	7,43%	7,94%	(186.052)	(18.501)	(19.479)	(978)
BNDES	TJLP	7,43%	7,94%	(909)	(68)	(72)	(4)
Uso do bem público (UBP)	IPCA	5,01%	4,73%	(13.157)	(659)	(622)	37
				<b>(200.118)</b>	<b>(19.228)</b>	<b>(20.173)</b>	<b>(945)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>				<b>(156.055)</b>	<b>(13.875)</b>	<b>(13.801)</b>	<b>74</b>

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo / DI – Depósito Interbancário / TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

#### 4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, devoluções de capital aos acionistas, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2024	2023
Financiamentos	13	186.961	213.955
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.1	(29.976)	(31.405)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	5.2	(14.133)	(12.969)
<b>Dívida líquida</b>		<b>142.852</b>	<b>169.581</b>
Patrimônio líquido	18	624.638	642.801
<b>Total do capital</b>		<b>767.490</b>	<b>812.382</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - (%)*</b>		<b>18,6</b>	<b>20,9</b>

\* Dívida líquida / Total do capital

### 5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

#### 5.1. Caixa e equivalentes de caixa

##### 5.1.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem à certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 21).

##### 5.1.2. Composição

	2024	2023
Caixas e bancos	46	44
Aplicações financeiras	29.930	31.361
Certificado de depósito bancário (CDB)	29.930	31.361
	<b>29.976</b>	<b>31.405</b>

## 5.2. Aplicações financeiras vinculadas

### 5.2.1. Política contábil

As aplicações financeiras vinculadas possuem prazos determinados e são remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI), sendo compostas por debêntures e aplicações vinculadas ao empréstimo do BNDES.

### 5.2.2. Movimentação

	Debêntures	BNDES	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.024</b>	<b>11.945</b>	<b>12.969</b>
Rendimentos	1.307	60	1.367
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	(194)	(9)	(203)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.137</b>	<b>11.996</b>	<b>14.133</b>

## 5.3. Qualidade de créditos do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

### 5.3.1. Política contábil

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

A Companhia por meio de sua política de Finanças Corporativas, apenas investe seus recursos em instituições financeiras que possuem rating mínimo “A” ou equivalente, atribuído por umas das três principais agências de rating (Standard & Poor’s, Moody’s ou Fitch), de longo prazo e em moeda local.

Demonstramos a seguir, a qualidade dos créditos do caixa, equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas mantidas pelo Companhia.

### 5.3.2. Composição

Standard & Poor's	Moody's	Fitch	2024	2023
AAA	AAA	AAA	1.139	8.643
AAA	-	-	-	18.045
AAA	AAA	-	37.940	12.971
-	AAA	AAA	3.691	4.715
-	AAA	-	1.339	-
			<b>44.109</b>	<b>44.374</b>

(\*) Não auditados pelos auditores independentes



## 6. Clientes

### 6.1. Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidos pelo preço da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

### 6.2. Composição

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) que tratam de contratação de energia regulada com fundamento na Lei nº 12.783/2013 que criou o regime de cotas de garantia física para algumas usinas com concessões vincendas à época e valores relativos ao suprimento de energia elétrica no âmbito do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e CCEE.

	À vencer Até 90 dias	2024	2023
Contratos ACL	2.294	2.294	2.247
Contratos ACR	14.022	14.022	13.677
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	68	68	5.737
	<b>16.384</b>	<b>16.384</b>	<b>21.661</b>

ACR – Ambiente de Contratação Regulada / MCP – Mercado de Curto Prazo

### 6.3. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração da Companhia não registra PECLD, para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia referente aos contratos bilaterais, leilão e cotas são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2024, não foi necessária a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.



## 6.4. Qualidade de créditos dos clientes

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno.

Baseado na política de crédito, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: fiança bancária, fiança corporativa e seguro garantia).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira. Além disso, a área de risco/portfólio controla o consumo e a atualização do limite de crédito concedido pela área de crédito através do indicador de risco *Value at Risk* (VaR).

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista, que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções onde, em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

## 7. Tributos a recuperar/recolher

### 7.1. Política contábil

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

## 7.2. Composição

	2024	2023
<b>Ativo</b>		
Saldo negativo / Antecipações de IRPJ e CSLL	872	4.726
PIS e COFINS a recuperar	417	-
INSS a recuperar	1	4
ISS a recuperar	86	86
	<b>1.376</b>	<b>4.816</b>
<b>Passivo</b>		
PIS e COFINS a recolher	-	1.085
ICMS a recolher	226	67
Outros	47	46
	<b>273</b>	<b>1.198</b>

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica / CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido / PIS – Programa de Integração Social / COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social / INSS – Instituto Nacional do Seguro Social / ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços / ISS – Imposto Sobre Serviços

## 8. Repactuação do risco hidrológico

Em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.203/2015 e na Resolução Normativa nº 684/2015, em dezembro de 2015, a Aneel concedeu anuência ao acordo de repactuação do risco hidrológico da UHE Garibaldi para a energia no ACR.

As regras da repactuação estabeleceram opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumem o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR.

Com base no patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior pela controlada Rio Canoas que foi compensado com o valor do prêmio de seguro estipulado pela Aneel. A quantidade repactuada foi de 42,2 MWh, ao preço unitário de R\$ 14,51, perfazendo um montante de R\$ 6.132. O prazo de concessão foi estendido para 11 de janeiro de 2051 e sua apropriação será pelo prazo de venda de energia no mercado regulado.

### 8.1. Composição

	2024			2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Repactuação de risco hidrológico	259	5.096	5.355	259	5.355	5.614
	<b>259</b>	<b>5.096</b>	<b>5.355</b>	<b>259</b>	<b>5.355</b>	<b>5.614</b>

Produto	2024			
	Repactuação (MW médios)	Repactuação (MWh)	Reembolso unitário (R\$)	Saldo a reembolsar
SP90	42,249	422.487	12,67	5.355

## 9. Imobilizado

### 9.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos ou ao prazo de concessão, dos dois o menor, como segue:

	Terrenos	Reservatório, barragens e adutora	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Sistema de transmissão e conexão
<b>Em serviço</b>							
Vida útil-econômica remanescente em anos	26	25	25	21	1	11	25

A Companhia considera que não haverá indenização pelo poder concedente ao final do prazo de concessão do valor residual dos bens.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em “Outros resultados operacionais”.

## 9.2. Composição e movimentação

	Terrenos	Reservatório, barragens e adutora	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Sistema de transmissão e conexão	Total
<b>Taxa média anual de depreciação</b>	<b>2,7%</b>	<b>2,7%</b>	<b>2,7%</b>	<b>3,2%</b>	<b>12,1%</b>	<b>5,9%</b>	<b>2,7%</b>	
<b>(A) Imobilizado em curso</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.029	-	117	4.389	-	15	-	13.550
Adições	-	-	-	1.694	-	2	-	1.696
Transferências	-	-	(54)	(465)	-	(10)	-	(529)
Contingências (*)	212	-	-	-	-	-	-	212
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.241	-	63	5.618	-	7	-	14.929
<b>(B) Imobilizado em serviço</b>								
Custo	88.603	556.368	309.371	149.335	1.227	427	11.451	1.116.782
Depreciação acumulada	(24.069)	(164.437)	(91.759)	(44.954)	(973)	(132)	(3.455)	(329.779)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	64.534	391.931	217.612	104.381	254	295	7.996	787.003
Baixas	-	-	-	(116)	-	-	-	(116)
Transferências	-	-	54	465	-	10	-	529
Depreciação	(2.384)	(14.838)	(8.228)	(4.742)	(148)	(26)	(312)	(30.676)
Custo	88.603	556.368	309.426	149.675	1.227	437	11.451	1.117.187
Depreciação acumulada	(26.453)	(179.275)	(99.986)	(49.687)	(1.121)	(158)	(3.767)	(360.447)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	62.150	377.093	209.440	99.988	106	279	7.684	756.740
<b>(A+B) Imobilizado líquido</b>	<b>71.391</b>	<b>377.093</b>	<b>209.503</b>	<b>105.606</b>	<b>106</b>	<b>286</b>	<b>7.684</b>	<b>771.669</b>

	Terrenos	Reservatório, barragens e adutora	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Sistema de transmissão e conexão	Total
<b>Taxa média anual de depreciação</b>	<b>2,7%</b>	<b>2,7%</b>	<b>2,7%</b>	<b>3,0%</b>	<b>13,2%</b>	<b>6,1%</b>	<b>2,7%</b>	
<b>(A) Imobilizado em curso</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.261	-	83	8.633	-	6	-	17.983
Adições	-	-	94	1.175	-	9	-	1.278
Transferências	-	-	(60)	(5.419)	-	-	-	(5.479)
Contingências (*)	(232)	-	-	-	-	-	-	(232)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.029	-	117	4.389	-	15	-	13.550
<b>(B) Imobilizado em serviço</b>								
Custo	88.603	555.949	309.312	144.499	1.227	416	11.451	1.111.457
Depreciação acumulada	(21.685)	(149.593)	(83.532)	(40.458)	(811)	(126)	(3.143)	(299.348)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	66.918	406.356	225.780	104.041	416	290	8.308	812.109
Baixas	-	-	-	(1)	-	(6)	-	(7)
Transferências	-	419	60	4.857	-	37	-	5.373
Depreciação	(2.384)	(14.844)	(8.228)	(4.516)	(162)	(26)	(312)	(30.472)
Custo	88.603	556.368	309.371	149.335	1.227	427	11.451	1.116.782
Depreciação acumulada	(24.069)	(164.437)	(91.759)	(44.954)	(973)	(132)	(3.455)	(329.779)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	64.534	391.931	217.612	104.381	254	295	7.996	787.003
<b>(A+B) Imobilizado líquido</b>	<b>73.563</b>	<b>391.931</b>	<b>217.729</b>	<b>108.770</b>	<b>254</b>	<b>310</b>	<b>7.996</b>	<b>800.553</b>

(\*) Efeitos contabilizados em contrapartida da provisão para riscos em razão da discussão ser a respeito de terrenos, que são controlados no grupo de imobilizado.

## 10. Intangível

### 10.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo intangível da Companhia são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos ou ao prazo de concessão, dos dois o menor, como segue:

	Repactuação - Extensão da Concessão	Uso do bem público (UBP)	Software	Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)
<b>Em serviço</b>				
Vida útil-econômica remanescente em anos	25	26	2	26

## 10.2. Composição e movimentação

	Repactuação - Extensão da Concessão	Uso do bem público (UBP)	Software	Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	Total
<b>Taxa média anual de amortização</b>	<b>2,9%</b>	<b>0,8%</b>	<b>12,8%</b>	<b>3,3%</b>	
<b>(A) Intangível em curso</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	57	-	57
Transferências	-	-	(50)	-	(50)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	7	-	7
<b>(B) Intangível em serviço</b>					
Custo	24.376	30.436	2.633	23.148	80.593
Amortização acumulada	(6.147)	(23.914)	(1.553)	(2.315)	(33.929)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.229	6.522	1.080	20.833	46.664
Transferências	-	-	50	-	50
Amortização	(698)	(234)	(344)	(771)	(2.047)
Custo	24.376	30.436	2.684	23.148	80.644
Amortização acumulada	(6.845)	(24.148)	(1.898)	(3.086)	(35.977)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.531	6.288	786	20.062	44.667
<b>(A+B) Intangível líquido</b>	<b>17.531</b>	<b>6.288</b>	<b>793</b>	<b>20.062</b>	<b>44.674</b>

	Repactuação - Extensão da Concessão	Uso do bem público (UBP)	Software	Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	Total
<b>Taxa média anual de amortização</b>	<b>2,9%</b>	<b>0,8%</b>	<b>11,7%</b>	<b>3,3%</b>	
<b>(A) Intangível em curso</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	63	-	63
Adições	-	-	23	-	23
Transferências	-	-	(29)	-	(29)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	57	-	57
<b>(B) Intangível em serviço</b>					
Custo	24.376	30.436	2.498	23.148	80.458
Amortização acumulada	(5.449)	(23.681)	(1.246)	(1.543)	(31.919)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.927	6.755	1.252	21.605	48.539
Transferências	-	-	135	-	135
Amortização	(698)	(233)	(307)	(772)	(2.010)
Custo	24.376	30.436	2.633	23.148	80.593
Amortização acumulada	(6.147)	(23.914)	(1.553)	(2.315)	(33.929)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.229	6.522	1.080	20.833	46.664
<b>(A+B) Intangível líquido</b>	<b>18.229</b>	<b>6.522</b>	<b>1.137</b>	<b>20.833</b>	<b>46.721</b>

### 10.3. Itens que compõem o intangível

#### 10.3.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

#### 10.3.2. Uso do bem público (UBP)

Referem-se aos valores estabelecidos no Contrato de Concessão nº 03/2010 como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico calculado até o final do contrato de concessão.

#### 10.3.3. Repactuação extensão da concessão

Repactuação da extensão da concessão – em 2015, ocorreram grandes restrições hidrológicas que prejudicaram a produção de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN). Por este motivo a Lei 13.203, de 8 de dezembro de 2015, permitiu a repactuação do risco hidrológico suportados pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015. De acordo com o termo de repactuação e em decorrência de sua retroatividade, a Companhia adquiriu o direito de recuperar parcialmente o custo com o GSF de 2015. O montante de R\$ 6.651 (R\$ 6.910 em 31 de dezembro de 2018) como prêmio de seguro e a outra parte como extensão da concessão (intangível) no montante de R\$ 21.145 (R\$ 21.969 em 31 de dezembro de 2018), equivalente a 217 dias, para a classe do produto escolhido (SP90), ambos serão amortizados pelo prazo da concessão.

#### 10.3.4. Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF) (Generation Scaling Factor-GSF)

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE entre 2012 e 2020, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:

- i. empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física,
- ii. às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e
- iii. por geração fora da ordem de mérito e importação.

Referida compensação mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

## 11. Fornecedores

### 11.1. Política contábil

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido

no período de até um ano, caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

## 11.2. Composição

	2024			2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	120	-	120	-	-	-
Materiais e serviços contratados	1.762	20.640	22.402	1.242	20.640	21.882
Encargos de uso da rede elétrica	1.364	-	1.364	1.236	-	1.236
Tust	1.364	-	1.364	1.236	-	1.236
	<b>3.246</b>	<b>20.640</b>	<b>23.886</b>	<b>2.478</b>	<b>20.640</b>	<b>23.118</b>

Tust – Taxa de Uso do Sistema de Transmissão

A Companhia reconheceu no ano de 2023 uma provisão no valor de R\$ 20.640, decorrente da expectativa provável de desembolso, para cumprir obrigações contratuais firmadas no âmbito do seu contrato de concessão, os quais representam um custo para a Companhia em 2023.

## 12. Encargos setoriais

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro.

### 12.1. Composição

	2024			2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	850	-	850	1.553	-	1.553
PDI	135	721	856	127	134	261
TFSEE	66	-	66	61	-	61
	<b>1.051</b>	<b>721</b>	<b>1.772</b>	<b>1.741</b>	<b>134</b>	<b>1.875</b>

#### 12.1.1. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

#### 12.1.2. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação (PDI) do Setor de Energia Elétrica e

Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Para fins de cálculo, a Companhia utiliza como referência o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Este manual foi aprovado pela Aneel e revisado em 2022 por meio do Despacho número 2.904/2021, datado de 17 de setembro de 2021, e pelo Despacho 1.690 de 28 de junho de 2022.

A Companhia utiliza os Procedimentos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PROPDI) e o Plano Estratégico Quinquenal de Inovação (PEQul) 2024-2028 do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para controle dos projetos de PDI.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados as empresas de energia elétrica devem encaminhar ao final dos projetos um relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de PDI para avaliação final e parecer da Aneel.

#### 12.1.3. Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

## 13. Financiamentos

### 13.1. Política contábil

Os financiamentos, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Em 05 de setembro de 2012 foi autorizada a obtenção de financiamento, destinado à implantação da UHE Garibaldi, através da Decisão de Diretoria nº 520/2012-BNDES, tendo sido firmado, em 10 de julho de 2012, o correspondente contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.0520.1 no valor de R\$ 367.830.

Para estes contratos a Companhia possui cláusulas restritivas (“Covenants”) normalmente aplicáveis a estes tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

### 13.2. Composição

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento final	2024					
			Circulante			Não circulante		
			Principal	Juros e variação monetária	Total	Principal	Variação monetária	Total
BNDES	TJLP + 2,34% ao ano	16/06/2031	26.766	2.382	29.148	147.215	9.689	156.904
BNDES	TJLP	16/06/2031	155	12	167	697	45	742
			26.921	2.394	29.315	147.912	9.734	157.646



Instituição financeira	Remuneração	Vencimento final	2023					
			Circulante			Não circulante		
			Principal	Juros e variação monetária	Total	Principal	Variação monetária	Total
BND	TJLP + 2,34% ao ano	16/06/2031	26.833	2.292	29.125	173.709	9.999	183.708
BND	TJLP	16/06/2031	65	17	82	978	62	1.040
			<b>26.898</b>	<b>2.309</b>	<b>29.207</b>	<b>174.687</b>	<b>10.061</b>	<b>184.748</b>

### 13.3. Vencimento

	2026	2027	2028	2029	A partir de 2030	Total
Financiamento BND TJLP + 2,34%	28.528	28.528	28.528	28.528	42.792	<b>156.904</b>
Financiamento BND TJLP	165	165	165	165	82	<b>742</b>
	<b>28.693</b>	<b>28.693</b>	<b>28.693</b>	<b>28.693</b>	<b>42.874</b>	<b>157.646</b>

### 13.4. Movimentação

	TJLP + 2,34% ao ano	TJLP	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>212.833</b>	<b>1.122</b>	<b>213.955</b>
<b>Movimentação</b>			
Apropriação de juros	16.239	58	16.297
Apropriação de variação monetária	1.556	109	1.665
Pagamento de juros	(16.376)	(58)	(16.434)
Pagamento de principal	(28.200)	(322)	(28.522)
	<b>(26.781)</b>	<b>(213)</b>	<b>(26.994)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>186.052</b>	<b>909</b>	<b>186.961</b>

### 13.5. Características dos contratos de financiamento

Sub-créditos	Juros	Amortização	Destinação do sub-créditos
Sub-créditos "A": 247.300	TJLP + 2,34% a.a.	192 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação no dia 15 (quinze) de julho de 2015 e a última no dia 15 (quinze) de junho de 2031.	Destinado à execução de obras civis e aos demais itens gerais financiáveis
Sub-créditos "B": (*) 15.000			Destinado à aquisição de máquinas e equipamentos FINAME
Sub-créditos "C": 100.000			Destinados a implantação do sistema de transmissão de interesse restrito
Sub-créditos "D": 3.700	TJLP	180 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação no dia 15 (quinze) de julho de 2016 e a última no dia 15 (quinze) de junho de 2031.	Destinados a investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do programa de educação ambiental ("PBA")
Sub-créditos "E": 1.830			
<b>Total</b>	<b>367.830</b>		

(\*) Sub-créditos pendentes de liberação no montante de R\$ 15.000. Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data destas demonstrações financeiras.

### 13.6. Garantias contratuais

As garantias do contrato são:

- Alienação fiduciária de 100% das ações da emissora;
- Fiança bancária;

- iii. Cessão fiduciária sobre os direitos emergentes da concessão.

### 13.7. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As cláusulas restritivas aplicadas são:

- i. Sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuir dividendos e pagamento de JSCP cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% do lucro líquido ajustado;
- ii. Firmar contratos de serviços técnicos e administrativos com entes do mesmo grupo econômico, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
- iii. Manter índice de cobertura da dívida de no mínimo 1,30.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia atendeu aos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os referidos *covenants*, conforme abaixo:

Acumulado dos últimos 12 meses	2024	2023
<b>A) Geração de caixa da atividade</b>		
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	31.405	53.609
(+) Ebitda	94.348	65.287
(-) Impostos sobre o lucro	(9.381)	4.889
	<b>116.372</b>	<b>123.785</b>
<b>B) Serviço da dívida</b>		
(+) Amortização do principal	28.522	28.307
(+) Pagamento de juros	16.434	18.527
	<b>44.956</b>	<b>46.834</b>
<b>C) Índice de cobertura do serviço da dívida = (A)/(B) igual ou superior a 1,30</b>	<b>2,59</b>	<b>2,64</b>

## 14. Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar

### 14.1. Política contábil

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras. À medida em que a deliberação dos juros sobre capital próprio acontece, 15% são retidos para recolhimento do IR incidente, que é registrado em conta apropriada.

### 14.2. Composição e movimentação

	Saldo em 2023	Dividendos propostos/adicionais e JSCP constituídos	Pagamentos	Saldo em 2024
<b>(A) Dividendos</b>				
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	36.571	(20.000)	16.571
<b>(B) Juros sobre capital próprio (*)</b>				
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	27.200	17.000	(27.200)	17.000
<b>(A+B) Total de Dividendos e JSCP a pagar</b>	<b>27.200</b>	<b>53.571</b>	<b>(47.200)</b>	<b>33.571</b>

(\*) Os juros sobre capital próprio estão sendo apresentados líquidos dos impostos retidos.

## 15. Uso do bem público (UBP)

### 15.1. Política contábil

Pela exploração da geração de energia elétrica outorgada através do contrato de concessão nº 03/2010 como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, a Companhia paga, valores anuais, contados a partir da assinatura do contrato, em parcelas mensais referentes à UBP. Tais desembolsos, a valores históricos, foram reconhecidos no grupo de intangíveis, e são amortizados ao longo do exercício de concessão.

A taxa de desconto no cálculo do valor presente é de 9,63% não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

### 15.2. Composição

	2024			2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valor nominal	1.316	33.526	34.842	1.258	33.159	34.417
(-) Ajuste a valor presente	(64)	(21.621)	(21.685)	(61)	(21.729)	(21.790)
	<b>1.252</b>	<b>11.905</b>	<b>13.157</b>	<b>1.197</b>	<b>11.430</b>	<b>12.627</b>

### 15.3. Movimentação

	Principal	Ajuste a valor presente	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>34.417</b>	<b>(21.790)</b>	<b>12.627</b>
Ajuste a valor presente	-	105	105
Pagamento	(1.275)	-	(1.275)
Atualização monetária	1.700	-	1.700
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>34.842</b>	<b>(21.685)</b>	<b>13.157</b>

## 16. Partes relacionadas

### 16.1. Política contábil

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A, que detém 100% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas no mercado.

## 16.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é administrada por sua Controladora, a China Three Gorges Brasil Energia S.A., responsável pelas despesas e pagamento do pessoal-chave da Administração.

## 16.3. Transações locais

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas junto à China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("CTG BR"), e suas subsidiárias Rio Paranapanema Energia S.A., Rio Paraná Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel n.º 2.018, de 10 de julho de 2017. O referido contrato foi renovado por mais 05 anos em 2024 conforme Despacho Aneel 3.710, de 5 de dezembro de 2024.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre as empresas Rio Paraná Energia S.A, Rio Verde Energia S.A e Rio Paranapanema Energia S.A, contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel n.º 3.620, de 11 de novembro de 2021.

A Companhia possui saldos de compra e venda de energia com empresas coligadas.

### 16.3.1. Composição

	2023	
	Ativo	Passivo
China Three Gorges Brasil Energia S.A	-	598
Rio Verde Energia S.A.	56	1
Rio Paraná Energia S.A.	12	128
Rio Paranapanema Energia S.A.	4	62
	<b>72</b>	<b>789</b>

### 16.3.2. Resultado

	2024			2023		
	Venda de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total	Venda de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total
China Three Gorges Brasil Energia S.A	-	(3.799)	(3.799)	-	(4.516)	(4.516)
Rio Verde Energia S.A.	-	-	-	534	-	534
CTG Brasil Negócios de Energia Ltda.	1.572	-	1.572	1.482	-	1.482
Rio Paraná Energia S.A.	-	(1.349)	(1.349)	-	(1.289)	(1.289)
Rio Paranapanema Energia S.A.	-	(694)	(694)	-	(806)	(806)
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	-	-	-	-	3	3
	<b>1.572</b>	<b>(5.842)</b>	<b>(4.270)</b>	<b>2.016</b>	<b>(6.608)</b>	<b>(4.592)</b>

## 17. Provisões para riscos e contingências possíveis

### 17.1. Política contábil

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações fiscais, ambientais e cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

## 17.2. Provisões para riscos

### 17.2.1. Composição e movimentação

	Cíveis		Total
	Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias	
(A) Provisão para riscos			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.034	7.016	12.050
(Reversões)	-	(1.745)	(1.745)
(Reversões) (*)	(547)	-	(547)
Variações monetárias	-	380	380
Variações monetárias (*)	363	-	363
Acordos / pagamentos	(551)	(5.273)	(5.824)
	(735)	(6.638)	(7.373)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.299	378	4.677
(B) Depósitos judiciais			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.292)	(5.551)	(7.843)
Variações monetárias	-	(8)	(8)
Variações monetárias (*)	(104)	-	(104)
(Adições)	(89)	(75)	(164)
Baixas	555	5.347	5.902
Baixas (*)	500	-	500
	862	5.264	6.126
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.430)	(287)	(1.717)
(A+B) Provisões líquidas			
Não circulante	2.742	1.465	4.207
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.742	1.465	4.207
Não circulante	2.869	91	2.960
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.869	91	2.960

	Cíveis		Total
	Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias	
(A) Provisão para riscos			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.972	6.161	13.133
Provisões / (reversões)	-	(272)	(272)
Provisões / (reversões) (*)	(1.230)	-	(1.230)
Variações monetárias	-	1.517	1.517
Variações monetárias (*)	528	-	528
Acordos / pagamentos	(1.235)	(390)	(1.625)
	(1.937)	855	(1.082)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.035	7.016	12.051
(B) Depósitos judiciais			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2.497)	(163)	(2.660)
Variações monetárias	-	(59)	(59)
Variações monetárias (*)	(93)	-	(93)
(Adições)	(2.650)	(3.481)	(6.131)
Baixas	526	10	536
Baixas (*)	563	-	563
Reclassificações (i)	1.858	(1.858)	-
	204	(5.388)	(5.184)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.293)	(5.551)	(7.844)
(A+B) Provisões líquidas			
Não circulante	4.475	5.998	10.473
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.475	5.998	10.473
Não circulante	2.742	1.465	4.207
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.742	1.465	4.207

(\*) Efeitos contabilizados em contrapartida do imobilizado em razão da discussão ser a respeito de terrenos, que são controlados no grupo de imobilizado.

(i) Reclassificações realizadas entre depósitos cíveis de causa de desapropriações de terras x indenizações de benfeitorias.

A respeito das discussões judiciais em andamento, vale destacar:

### 17.2.2. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, as contingências cíveis líquidas somam R\$ 2.960, e referem-se a ações indenizatórias ajuizadas contra a Companhia em decorrência do alagamento e desapropriação de áreas para construção dos reservatórios, linha de transmissão e reavaliação dos valores pagos decorrentes de desapropriação para construção da UHE.

As constituições e as baixas nas provisões referem-se a reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia decorrentes de decisões desfavoráveis no exercício. As baixas do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e/ou mediante

celebração de acordos judiciais, tendo em vista campanha de acordo realizada pela Companhia visando uma composição amigável entre as partes.

### 17.3. Contingências possíveis

#### 17.3.1. Composição

	2024	2023
Fiscais	7.148	6.614
Cíveis	1.549	1.870
	<b>8.697</b>	<b>8.484</b>

#### 17.3.2. Fiscais

Em 31 de dezembro de 2024, em relação as principais contingências fiscais a Administração concluiu em conjunto com seus assessores jurídicos que não é provável que a autoridade fiscal não aceite os pedidos de restituição e compensação de saldo negativo de tributos (IRPJ e CSLL), bem como de tributos pagos a maior a favor da Companhia. Em todos os casos a Companhia apresentou manifestações de inconformidade e/ou recurso voluntário os quais aguardam julgamento. Valor classificado como possível de R\$1.478.

Execução Fiscal referente aos valores de ISS e multa, decorrente da prestação de serviços realizados para construção da UHE Garibaldi. Valor classificado como possível de R\$ 5.670.

#### 17.3.3. Cíveis

As contingências cíveis com expectativa de perda possível no montante de R\$ 1.549 referem-se às ações de desapropriação/indenização ajuizadas em decorrência do negócio, inclusive em razão da construção dos reservatórios pela Rio Canoas. As baixas do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos.

## 18. Patrimônio líquido

### 18.1. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 563.765, equivalentes a 563.765.475 (quinhentas e sessenta e três milhões, setecentas e sessenta e cinco mil, quatrocentas e setenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações são indivisíveis perante a Companhia e cada ação dá direito a um voto nas Assembleias Gerais, caso a ação pertença a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Acionistas	2024 e 2023	
	Ações ordinárias	%
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	563.765.475	100,00



O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da Aneel e BNDES, devido ao financiamento com a entidade.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria, submetidas a Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- i. A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
- ii. Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no exercício subsequente.

## 18.2. Reservas de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do Exercício.

## 18.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

## 18.4. Destinação dos lucros acumulados no exercício

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>38.408</b>	<b>22.535</b>
Constituição da reserva legal	(1.920)	(1.127)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>36.488</b>	<b>21.408</b>
<b>Distribuições</b>		
Dividendos	36.571	35.000
Juros sobre capital próprio	20.000	32.000
	<b>56.571</b>	<b>67.000</b>
Distribuições mínimas obrigatória (25%)	9.122	5.352
Distribuições adicionais	47.449	61.648

Deliberação	Provento	R\$ mil	R\$
AGE de 09/12/2024	Juros sobre capital próprio	20.000	0,03547
AGE de 09/10/2024	Dividendos	20.000	0,03547
AGE de 08/12/2023	Juros sobre capital próprio	32.000	0,05676
AGE de 03/10/2023	Dividendos	35.000	0,06208

## 19. Receita operacional líquida

### 19.1. Política contábil

#### 19.1.1. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

#### 19.1.2. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada (ACL)

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a estratégia interna da Companhia.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

#### 19.1.3. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada (ACL)

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a estratégia interna da Companhia.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

	2024	2023
<b>Receita operacional bruta</b>		
Contratos ACL	27.092	14.586
Contratos ACR	121.086	115.897
Mercado de curto prazo (MCP)	2.851	6.925
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	14.549	5.421
<b>Total receita operacional bruta</b>	<b>165.578</b>	<b>142.829</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>		
PIS e COFINS	(15.008)	(13.045)
ICMS	(3.326)	(1.809)
PDI	(1.378)	(1.198)
	<b>(19.712)</b>	<b>(16.052)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>145.866</b>	<b>126.777</b>

## 20. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede

### 20.1. Energia elétrica vendida

	2024		2023	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	134.224	27.092	79.502	14.586
Contratos ACR	509.709	121.086	507.597	115.897
Mercado de curto prazo (MCP)	27.044	2.851	52.942	6.925
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	440.512	14.549	344.003	5.421
	<b>1.111.489</b>	<b>165.578</b>	<b>984.044</b>	<b>142.829</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes

### 20.2. Energia elétrica comprada

	2024		2023	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Mercado de curto prazo (MCP)	50.317	12.661	1.623	113
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	-	360	18.337	884
(-) Crédito de PIS	-	(200)	-	(19)
(-) Crédito de COFINS	-	(922)	-	(86)
	<b>50.317</b>	<b>11.899</b>	<b>19.960</b>	<b>892</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes

## 20.3. Encargos de uso da rede elétrica

### 20.3.1. Política contábil

Os encargos devidos pela Companhia estabelecido pela Aneel são: Tust, TUSD e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em:

- i. valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo TUST, e
- ii. valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo TUST.

A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

O encargo de conexão da Companhia é pago mensalmente à ETSE (Empresa de Transmissão Serrana S.A.) para remunerar os custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina. No caso do pagamento à ETAU (Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.), este custo também é para remunerar os custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conectava a usina (linha provisória).

	2024	2023
Tust	15.702	14.717
TUSD	68	62
Encargos de conexão	110	120
(-) Crédito de PIS	(260)	(245)
(-) Crédito de COFINS	(1.197)	(1.130)
	<b>14.423</b>	<b>13.524</b>

TUSD – Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

## 21. Resultado financeiro

### 21.1. Política contábil

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimento de aplicações financeiras, variações monetárias, juros entre outras.

	2024	2023
<b>Receitas</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	6.119	9.101
Variações monetárias	581	226
Depósitos judiciais	8	59
Uso do bem público (UBP)	-	49
Tributos a recuperar	463	38
Inadimplência CCEE	110	80
(-) PIS e COFINS	(316)	(434)
Outras receitas financeiras	96	46
	<b>6.480</b>	<b>8.939</b>
<b>Despesas</b>		
Juros	(16.297)	(18.435)
Financiamentos	(16.297)	(18.435)
Variações monetárias	(3.783)	(5.372)
Uso do bem público (UBP)	(1.700)	(1.561)
Provisões para riscos	(380)	(1.533)
Financiamentos	(1.665)	(2.277)
Outras	(38)	(1)
Ajuste a valor presente do UBP	(105)	(165)
Outras despesas financeiras	(131)	(126)
	<b>(20.316)</b>	<b>(24.098)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(13.836)</b>	<b>(15.159)</b>

## 22. Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos

### 22.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

#### 22.1.1. Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2024			2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>47.789</b>			<b>17.646</b>	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
<b>IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação</b>	<b>(11.947)</b>	<b>(4.301)</b>	<b>(16.248)</b>	<b>(4.412)</b>	<b>(1.588)</b>	<b>(6.000)</b>
<b>Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva</b>						
Juros sobre capital próprio (JSCP)	5.000	1.800	6.800	8.000	2.880	10.880
Doações Incentivadas	59	-	59	28	-	28
Incentivos fiscais	18	-	18	6	-	6
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	(1)	(9)	(10)	4	(7)	(3)
<b>Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado</b>	<b>(6.871)</b>	<b>(2.510)</b>	<b>(9.381)</b>	<b>3.626</b>	<b>1.285</b>	<b>4.911</b>
IRPJ e CSLL correntes	5.404	1.982	7.386	1.734	645	2.379
IRPJ e CSLL diferidos	1.467	528	1.995	(5.360)	(1.930)	(7.290)
<b>Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado</b>	<b>6.871</b>	<b>2.510</b>	<b>9.381</b>	<b>(3.626)</b>	<b>(1.285)</b>	<b>(4.911)</b>
Ajustes diferidos - exercícios anteriores	-	-	-	-	22	22
<b>Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado</b>	<b>6.871</b>	<b>2.510</b>	<b>9.381</b>	<b>(3.626)</b>	<b>(1.263)</b>	<b>(4.889)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>14,4%</b>	<b>5,3%</b>	<b>19,6%</b>	<b>-20,5%</b>	<b>-7,3%</b>	<b>-27,8%</b>

## 22.2. Tributos diferidos

### 22.2.1. Política contábil

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26 / IAS 1 — Apresentação das demonstrações financeiras.

	2024			2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Ativo de imposto diferido</b>						
Provisões para riscos	95	34	129	1.754	631	2.385
Provisões de penalidades contratuais	9.235	3.324	12.559	9.231	3.325	12.556
Participações nos Lucros e Resultado (PLR)	74	26	100	63	23	86
Outras provisões	123	43	166	7	2	9
<b>Total bruto</b>	<b>9.527</b>	<b>3.427</b>	<b>12.954</b>	<b>11.055</b>	<b>3.981</b>	<b>15.036</b>
<b>Passivo de imposto diferido</b>						
<b>Diferenças temporárias</b>						
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	(5.015)	(1.806)	(6.821)	(5.208)	(1.875)	(7.083)
Ajuste a valor presente do UBP	(4.467)	(1.608)	(6.075)	(4.340)	(1.562)	(5.902)
<b>Total bruto</b>	<b>(9.482)</b>	<b>(3.414)</b>	<b>(12.896)</b>	<b>(9.548)</b>	<b>(3.437)</b>	<b>(12.985)</b>
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>45</b>	<b>13</b>	<b>58</b>	<b>1.507</b>	<b>544</b>	<b>2.051</b>

A Companhia tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

	2025	2026	2027	2028	2029	A partir de 2030	Total
Imposto diferido ativo	267	-	-	-	-	12.687	12.954
Imposto diferido passivo	(466)	(461)	(457)	(452)	(446)	(10.614)	(12.896)
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>(199)</b>	<b>(461)</b>	<b>(457)</b>	<b>(452)</b>	<b>(446)</b>	<b>2.073</b>	<b>58</b>

## 23. Lucro por ação

O cálculo do lucro líquido por ação é realizado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

Os quadros a seguir apresentam os dados de resultados e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2024	2023
<b>Numerador</b>		
<b>Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b>		
Lucro líquido do exercício	38.408	22.535
<b>Denominador (Média ponderada de números de ações)</b>		
Ações ordinárias	563.765	563.765
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>	<b>0,06813</b>	<b>0,03997</b>

## 24. Instrumentos financeiros

### 24.1. Política contábil

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

### 24.2. Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- i. Mensurados ao valor justo através do resultado;
- ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido.

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de

custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*).

### 24.3. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

### 24.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 24.5. Mensuração do valor justo na data da aquisição

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações da Companhia compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados “contratos bilaterais”, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O



preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

## 24.6. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

### 24.6.1. Considerações gerais

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A Administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	2024		2023	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixas e bancos	Custo amortizado	-	46	46	44	44
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	29.930	29.930	31.361	31.361
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	14.133	14.133	12.969	12.969
Clientes	Custo amortizado	-	16.384	16.384	21.661	21.661
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	-	72	72
			<b>60.493</b>	<b>60.493</b>	<b>66.107</b>	<b>66.107</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	Custo amortizado	-	23.886	23.886	23.118	23.118
Encargos setoriais	Custo amortizado	-	1.772	1.772	1.875	1.875
Financiamentos	Custo amortizado	-	186.961	186.961	213.955	213.955
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	-	33.571	33.571	27.200	27.200
Uso do bem público (UBP)	Custo amortizado	-	13.157	13.157	12.627	12.627
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	-	789	789
			<b>259.347</b>	<b>259.347</b>	<b>279.564</b>	<b>279.564</b>

## 25. Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização (*)
<b>Cobertura operacional</b>		
Risco operacional	04/08/2024 a 04/08/2025	1.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2024 a 04/08/2025	150.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2023 a 04/08/2025	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2024 a 08/12/2025	150.000

(\*) Não auditados pelos auditores independentes

## Membros da Governança

### Diretoria

Aljan de Abreu Machado  
Diretor

Márcio José Peres  
Diretor

---

Rodrigo Teixeira Egreja  
Diretor de Controladoria

Antonio dos Santos Entraut Junior  
Contador -CRC PR-068461/O-1

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Rio Canoas Energia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Canoas Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Canoas Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Valores correspondentes ao exercício anterior*

As demonstrações financeiras mencionadas anteriormente incluem valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras, sem nenhuma modificação, com data de 01 de março de 2024.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

#### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

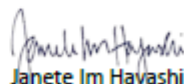
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR



Janete Im Hayashi  
Contador  
CRC nº 1 SP 257330/O-5